

Pauta	<ul style="list-style-type: none">❖ Informes do Presidente;❖ Informes dos Conselheiros de Saúde;❖ Informes da Secretaria Municipal de Saúde;❖ Apresentação de Justificativa para contratação de Organização Social para Gestão dos Serviços de Saúde.❖ Apreciação da Proposta de Edital – Termo de Referência para Organizações Sociais no módulo de gestão Pronto Atendimento.
Presentes	Presidente do COMUS – Senhor Lucas Antonio de Campos Fernandes; Boaventura dos Santos Fialho; Daniela Francelina de Oliveira; Ana Caroline Sbrana; Adriana Ribeiro; Luis Antônio de Oliveira Cardoso, Rita de Cássia Aguiar, Fernando dos Reis Brasilio de Araújo, Cláudia Regina Pinto da Costa e Leila Cristina Muller Dutra

01	Aos dezesseis dias mês de Julho do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se
02	o Conselho Municipal de Saúde de Aparecida - COMUS, na sala de reuniões da
03	Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Professor José Borges Ribeiro, 167,
04	Centro, Aparecida - SP, para reunião ordinária. Deu-se o início da reunião, às
05	dezesseis horas e trinta minutos. O Presidente, senhor Lucas Fernandes fez os
06	cumprimentos e deu boas vindas a todos os presentes e justificou a ausência dos
07	delegados convidados para a reunião. E citou sobre a ausência da Secretaria de
08	Saúde e do Frei Bartolomeu por estarem em reunião na Secretaria de Estado da
09	Saúde. Iniciou falando da reunião da mesa diretora ocorrida no dia 27/06/2019 e leu as
10	Resoluções dela originadas nº 008 e nº 009. Falou sobre a Ata de Abertura das
11	Propostas Comerciais Referentes ao Processo Administrativo nº 40/2019 – para
12	contratação de empresa especializada para atendimento emergencial à Atenção
13	Básica de Saúde no Município e passou o documento para leitura dos presentes. O
14	Presidente leu o Ofício nº 163 do MP. E falou sobre a reunião ocorrida no dia 12/07/19,
15	entre o Executivo Municipal a Secretária Municipal da Saúde e as Técnicas da DRS

16	XVII Taubaté, inclusive com a presença da Diretora Dra. Nádia Meireles, com a
17	participação do Frei Bartolomeu, a Sra. Ana Caroline Assessora da SMS, e leu a Ata
18	desse encontro. O Presidente colocou em discussão as resoluções da mesa diretora. O
19	Sr. Fernando explicou seu voto no momento a Reunião da Mesa diretora no dia
20	27/06/2019, disse que foi convocado com urgência para reunião de apreciação para
21	qualificação de OSs, linhas 7 a 9. Informa que votou favorável ao fechamento das
22	unidades de saúde, até a finalização do processo de contrato de gestão, ratificando
23	sua posição nas linhas 100 a 107. Disse ainda, que tinha uma proposta alternativa,
24	mas como tinha sido voto vencido e ultrapassado este mérito, deixou a reunião seguir e
25	discutir as questões que vieram a seguir, Na linha 138 votou a matéria de convidar as
26	empresas qualificadas para conhecer o projeto e apresentarem propostas,
27	justificando que foi voto vencido na matéria de contratação direta. O Valor máximo
28	estabelecido para a Contratação emergencial foi de R\$ 550.000,00 (quinhentos e
29	cinquenta mil reais) mensais. O Sr. Fernando reafirma que tudo o que se faz com
30	Urgência sem planejar pode ser danoso. O Conselheiro então solicitou nova votação
31	pelo pleno do Conselho, visto que a mesa fez aprovação ad-referedun. Sr. Fernando
32	lembrou que esteve na Secretaria da Saúde em 01/07/019 e viu juntamente com a
33	Promotora a prestação de contas da SAEC e da IVS. Mostrou a todos os presentes
34	que tem em mãos uma cópia de um Termo de Referência, não referindo quem
35	forneceu o documento até então não entregue a nenhum outro conselheiro. Quanto a
36	SAEC, notou nota fiscal de formação/capacitação/gestão técnica no valor de R\$ 20 mil
37	reais mês, sendo que não foram comprovados e nem mesmo tivemos necessidades da
38	maioria desses serviços, mesmo fato da educação continuada a 4 mil por mês, e um
39	sobre preço na contabilidade / RH / Departamento Pessoal 20 mil mês e com Taxa
40	administrativa OSs (10%) valor de 55 mil mês. Parabenizou à equipe de
41	acompanhamento da SMS, pelo relatório feito da OS IVS com R\$ 466 mil reais em
42	glosas, fez alerta que foi realizado somente o período de outubro/17 a março/18. O
43	Sr. Fernando disse que fez visita à todas as Unidades a partir do dia 02/07 com a
44	finalidade de incentivar os funcionários das unidades diante dos problemas que
45	surgiram. A Sra. Claudia saiu em defesa dos funcionários que trabalham nas OS, que
46	se dedicam ao projeto, tanto quanto aos demais colaboradores, o Sr. Fernando explica
47	que esta ação foi para exaltar os colaboradores concursados e de maneira alguma

48	desprestigiou os terceirizados. O Conselheiro Sr. Fernando informou ainda que em
49	02/07/2019 participou da reunião do COMUS do Potim para falar sobre a situação
50	vivida pelo Pronto Atendimento de Aparecida, e assumiu que estamos vivendo uma
51	situação de calamidade na área da saúde. Na continuidade da fala o Sr. Fernando
52	disse que em 10/07/2019 fez uma reunião com alguns vereadores no Gabinete da Sra.
53	Prefeita e a Secretaria Municipal de Saúde, e que apresentou a sua proposta para
54	solução da situação. O Sr. Presidente do COMUS Lucas pediu que o Sr. Fernando
55	apresentasse a sua proposta naquela data. O Sr. Fernando disse que fez um “Plano de
56	Contingenciamento da Crise na Saúde”, propondo trabalhar com um quantitativo menor
57	de funcionários por 03 meses, sem precisar contratar através de OS. Reafirmou que é
58	contra a forma de contratação feita pela empresa SAEC em forma de “quarteirização”
59	(médicos em específico), e que não há comprovação de algumas atividades como as
60	de educação continuada, por isso acredita haver sobre-preço nas ações da OS. E que
61	há documentos da equipe técnica fiscalizadora que cobram da empresa tais
62	comprovações, além de aquisição de serviços que o município não tem necessidade. O
63	Sr. Fernando propôs que a Câmara fizesse a aprovação de orçamento para
64	contratação por RPA com subfunção de pessoa física. Se dispõe a apresentar esse
65	Plano no COMUS. Ressaltou a importância de se remunerar os coordenadores
66	concurados de forma adequada para que assumam o protagonismo de enfrentamento
67	desta crise. Propõem contingenciamento na folha dos Comissionados e principalmente
68	de alguns projetos na Educação, para liberar o limite da folha de pagamento da
69	Prefeitura. Afirma que falou para Prefeita que a empresa vencedora a Ilagos já tem
70	problemas jurídicos em outros municípios. Disse que deu duas sugestões para a
71	Prefeita, uma como conselheiro: que não fizesse a contratação emergencial e uma
72	segunda como cidadão: que deveria acatar a proposta do “Plano de
73	Contingenciamento da Crise na Saúde” apresentada pelo Conselheiro fazendo nelas
74	as melhorias a serem apontadas pela equipe técnica. O Sr. Fernando segue afirmando
75	que precisamos de mais OS para se qualificarem no município, e não iniciar um
76	processo antes de ampliar esse quantitativo de OSs. O Sr. Luiz afirma que o processo
77	utilizado pela Prefeitura segue as condições previstas em Lei. Que das 14 empresas
78	que apresentaram documentação, somente 04 estavam aptas à qualificação. Que
79	foram utilizados métodos para dar publicidade. O Presidente Lucas disse que as

80	informações do Sr. Fernando são trazidas neste momento, mas na ocasião da Reunião
81	de Mesa, tínhamos um cenário diferente, a melhor decisão foi votada, data as
82	circunstâncias. Ressalta que é contra o fechamento das Unidades, e que a situação de
83	Aparecida gera riscos a vida dos munícipes, à saúde pública e riscos à todo o território
84	nacional, vista a quantidade de turistas que passam por Aparecida semanalmente.
85	Diante a Reunião com os técnicos DRS XVII tem certeza que tomou a decisão correta.
86	Lembrou também que não se pode desviar funcionário concursado de função, que
87	pode gerar outro tipo de problema também de ordem judicial. O Sr. Luiz disse que
88	também foi favorável à contratação emergencial, e lembrou que naquela ocasião não foi
89	apresentado pelo Sr. Fernando esse “Plano de Contingenciamento”. Quer saber da
90	SMS se há capacidade técnica para fazer a Gestão de toda a Rede, com o pessoal
91	técnico que já integra a equipe da SMS. O Sr. Boaventura esclarece que votou a favor,
92	disse que até a presente data não conhecia o Plano apresentado pelo Sr. Fernando,
93	mas que não sabe se o Plano é exequível. Afirma que não concorda com o fechamento
94	das Unidades de Saúde, que respeita a Lei de Responsabilidade fiscal, mas que a
95	mesma limita a quantidade de contratação de Rh, muitas vezes profissionais
96	competentes não conseguem construir carreira. A população está revoltada e nós não
97	temos respostas. Reitera seu voto. A Sra. Ana Caroline falou sobre os prazos mínimos
98	para que ocorram os processos legais de um Concurso de Projetos para contratação
99	de organização Social para apoio técnico e a Gestão, sendo muitas vezes são
100	necessários mais de 90 dias, o que não está previsto no projeto de
101	“contingenciamento” do Sr. Fernando. Afirmou que estão sendo encaminhados todos
102	os documentos ao Ministério Público, referentes à contratação emergencial e que
103	várias reuniões já foram realizadas com os Promotores de Justiça, para dar lisura ao
104	processo. O Ministério Público também já recebeu a Minuta do Termo de Referência
105	para o Concurso de Projetos. A Sra. Ana Caroline releu a Ata da reunião com a DRS
106	XVII Taubaté e reafirmou que diante dos fatos, não há como se negar que estamos
107	vivendo um estado de calamidade na área da saúde, que infelizmente, se mantivermos
108	as Unidades fechadas, danos irreversíveis poderão acontecer à população de
109	Aparecida e a seus visitantes. Explicou também a diferença entre situação de
110	emergência e calamidade. O Sr. Presidente colocou em discussão a validação ou não
111	da Resolução 009/2019. Todos tiveram voz. A discussão encerrou-se às 18:31 e o

112	Presidente colocou em votação. VOTOS: A Sra. Claudia vota favorável à Resolução
113	009/2019, o Sr. Boaventura vota favorável à Resolução 009/2019, a Sra. Adriana
114	Ribeiro vota favorável à Resolução 009/2019, a Sra. Daniela Oliveira vota favorável à
115	Resolução 009/2019, a Sra. Ana Caroline vota favorável à Resolução 009/2019, o Sr.
116	Luís vota favorável à Resolução 009/2019, a Sra. Rita Aguiar vota favorável à
117	Resolução 009/2019, a Sra. Leila vota favorável à Resolução 009/2019, o Sr.
118	Fernando vota desfavorável à Resolução 009/2019 e o Sr. Lucas vota favorável à
119	Resolução 009/2019. Foram contabilizados 09 (nove) votos favoráveis e 01 (um) voto
120	desfavorável. Os Conselheiros que votaram favoráveis fizeram a seguinte Ressalva:
121	“Que não ultrapasse tempo estipulado pela Resolução 009/2019 sem nenhuma
122	possibilidade de novo contrato emergencial”. O Presidente colocou em votação o envio
123	das Atas do COMUS desde 2017 à Câmara Municipal de Vereadores e ao Ministério
124	Público. O pleno aprovou. O Presidente colocou em deliberação o envio ao Legislativo
125	Municipal da Ata da reunião com a Diretoria Regional de Saúde (DRS XVII Taubaté)
126	ocorrida em 12 de Junho de 2019. VOTOS: o Sr. Fernando vota desfavorável, a Sra.
127	Claudia vota favorável, o Sr. Boaventura vota desfavorável, a Sra. Adriana vota
128	favorável, a Sra. Daniela vota favorável, a Sra. Ana Caroline vota favorável, o Sr. Lucas
129	vota favorável, o Sr. Luís vota favorável, a Sra. Rita vota favorável e a Sra. Leila vota
130	favorável. Sendo contabilizados 08 (oito) votos favoráveis e 02 (dois) desfavoráveis. O
131	Sr. Fernando disse que tem competência para afirmar que a DRS descreveu as
132	situações citadas na ATA, mas está somente preocupada com ações reparadoras visto
133	que ela própria foi a primeira a falhar com os municípios, cito a retirada da retaguarda
134	para UE do nosso município, não repasse do recurso advindo do Hospital Universitário
135	de Taubaté, comando único, seja falta de medicamentos, hemonúcleo, SAMU,
136	vigilância de saúde, vacinas em falta na rede, desassistência na psiquiatria junto ao
137	município, sempre traçou os mesmos caminhos o que fará chegar as mesmas
138	condições de penúria na saúde regional. Quando na comissão da conferencia regional
139	propus uma nova formula para sanar os problemas aqui apontados, com toda a
140	responsabilidade que me cabe e experiência adquirida em muitos anos de voluntariado
141	e com habilidade de quem usa o serviço público de saúde”. Diante do que havia sido
142	assumido o Sr. Fernando fez um relato avaliando a sua participação na comissão e os
143	resultados obtidos na conferência regional. Relatou que foi ele mesmo como

144	conselheiro quem montou o regulamento da Conferencia Regional, criou a divisão por
145	sítio, dando a representatividade a todo o município e com todos os segmentos, as
146	reuniões itinerantes dentro de toda a região de saúde, a criação de um grupo de
147	usuários com vistas a futuros fóruns de discussões de saúde pública, a divisão com
148	paridade de delegados por microrregião, a sugestão de divisão por eixos temáticos
149	dos delegados participantes. Afirma que buscou, dentro da legislação, a garantia de
150	autonomia da comissão eleita, a avaliação do contrato entre o Estado e a maculada
151	empresa de prestação de serviço da infraestrutura para os eventos em todo o Estado.
152	(Ex: alimentação em Sorocaba 180 refeições jogadas fora). Relata que executou a 1ª
153	Plenária estendida em São José do Barreiro, onde foi trazida a discussão da maneira
154	autoritária com que o Estado determina ações que geram a falta de condições de
155	trabalho para os conselhos, despertando dúvidas na maneira como foi indicada o
156	local da conferencia, já prevendo toda a falta de estrutura e condições de trabalho e
157	também gerando incertezas sobre a verdadeira finalidade do evento.(Turismo,
158	economia, políticas, financiamento, etc). Cita também que denunciou Ingerência
159	(regulamento, Sorocaba, sitio, plenárias estendidas etc), reclamou das dificuldades
160	de acesso a documentos, ausência dentro do espaço de discussões de gestão, dos
161	usuários e profissionais de saúde, falta de escuta aos Conselhos. No dia 13 de junho
162	com seu irmão internado não pode encerrar sua participação. Elegeram delegados
163	pela comissão que só queriam as vagas para conferencias futuras e nunca tiveram
164	propostas. Cometeram um grande erro que foi o de encerrar a comissão de forma
165	antecipada, isto gerou transtornos enormes, como exemplo a NÃO apuração das
166	irregularidades como as do município de Silveiras, substituição de delegados para a
167	conferencia do Estado, falta dos certificados aos participantes da etapa regional,
168	glosas de serviços não prestados ou realizados parcialmente, escolha de locais para
169	hospedagem que fogem do conceito da impessoalidade, fatos que serão relatados
170	diante do MP em SP capital e para o Conselho Estadual em momento oportuno e
171	responsabilizará civilmente os envolvidos nesta ação que prejudicou as ações de
172	saúde em nossa região e pelos fatos também em outras instancias de saúde.
173	Gerando prejuízos ao erário público e causando perdas irreparáveis na construção e
174	manutenção de um SUS digno para toda a população. O Sr. Presidente relata que irá
175	questionar a Secretaria Municipal de Saúde, bem como a Prefeitura de Aparecida,

176	sobre a emenda impositiva expedida pela Vereadora Ana Alice, no valor de R\$
177	70.000,00 setenta mil reais) destinados ao uso e manutenção deste Conselho.
178	Coloca em votação: aprovado por todos os presentes. O Sr. Lucas informa que irá
179	solicitar da Secretaria Municipal de Saúde a possibilidade de visitar as sedes e os
180	serviços das Organizações Sociais qualificadas no município, para este ano.
181	Colocado em votação: todos os presentes votaram favoráveis. Por fim, o Presidente
182	fez suas considerações sobre o bem comum, sendo necessário abandonar
183	ideologias, políticas e pessoais, para a real consolidação do SUS em nosso
184	município, Estado e País, na qual o usuário e os profissionais de saúde devem ser
185	priorizados para criação de políticas eficientes. Relata que a representação legal do
186	Conselho é do Presidente, sendo que nenhum Conselheiro está autorizado a falar em
187	nome do mesmo. Agradece o empenho e a participação de todos. Nada mais
188	havendo a se tratar, o Presidente encerrou a reunião. E a presente ATA vai por mim
189	assinada que secretariei os trabalhos. _____

DELIBERAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">❖ Resolução nº 010/2019: Aprova as Resoluções 008/2019 e 009/2019 da Mesa Diretora do COMUS;❖ Resolução nº 011/2019: Aprova o envio das ATAS do COMUS à Câmara de Vereadores e ao Ministério Público.❖ Resolução nº 012/2019: Aprova o envio da ATA entre o Executivo Municipal e a DRS XVII Taubaté, À Câmara Municipal de Vereadores.
---------------------	--